



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ATA Nº 10933486 - SG-GSG-CJ

SEI!TJPR Nº 0121049-92.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 10933486

DESTRAVA LOGÍSTICA

COMISSÃO DE MEDIAÇÃO LOGÍSTICA

ATA DE REUNIÃO

O Presidente do TJPR iniciou a reunião, às 17:20h, agradecendo a presença de todos e todas.

Estavam presentes:

- o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Desembargador Luiz Tomasi Keppen
- a juíza auxiliar da Presidência Doutora Fernanda Karam de Chueri Sanches
- Pela Secretaria de Infraestrutura e Logística: Doutora Manuela Toppel Portes e Doutor Gabriel Chaves Pinto;
- Pela Procuradoria Geral do Estado: Doutor Luciano Borges e Doutor Felipe Frias;
- Pela Procuradoria Geral de Justiça – MPPR: Doutor Hugo Evo Magro Correa Urbano e Doutor Daniel Pedro Lourenço;
- Pela Federação das Indústrias do Paraná: José Alberto Pereira Ribeiro, João Artur e Julio Reis;
- Pelo Movimento Pró-Paraná, Presidente. Doutor Marcos Domakoski;
- Pelo Instituto Paranaense de Direito Administrativo, Doutora Adriana Schier e Doutor Rodrigo Pironti.

O Presidente abriu a reunião dizendo que a questão das obras paralisadas trata-se de um tema que o poder judiciário tem se preocupado.

Informou que já existe um projeto do TJPR que trata das obras paralisadas, mas na sequência foram verificados outros gargalos logísticos e assim surgiu a necessidade de formação de mais um grupo para tratar das questões de logística.

Apontou que em conversa com o Procurador-Geral do Estado comentou-se sobre o tema de logística, e que o governador considera essa uma iniciativa importante para dar seguimento com os próximos passos em conjunto com outros segmentos.

Na sequência, o Presidente discorreu acerca da dinâmica da mesa de diálogos. Disse que na primeira reunião seria importante ressaltar a experiência de outras mesas de diálogos, que funcionam a partir da oitiva pelo Poder Judiciário das partes quando são apresentados alguns problemas de diversas naturezas, quando então elegem 1 ou 2 questões que devam ser objeto de uma mesa de diálogos. Após, abrem um SEI para uma mesa de diálogos e nomeiam um desembargador que vai coordenar a mesa relatando o caso. As vezes envolve o MP, o Estado, nesses casos tenta-se a participação voluntária desses entes.

Esclareceu que o Relator recebe todas as informações necessárias, os pareceres técnicos, então o relator faz uma audiência que por vezes surge a necessidade de um parecer técnico de várias áreas, de direito, de engenharia. Também é comunicado ao juiz da causa, pois o juiz não fica alheio ao processo da mesa de diálogos, a reunião pode ocorrer no âmbito jurisdicional, inclusive. O que se busca é um entendimento, caso em que se opera por meio de um termo de ajustamento. Caso o resultado seja negativo os esforços foram envidados e se encerra aquela tentativa.

Por fim esclareceu que é preciso estabelecer um cronograma para que as ações ocorram em prazo razoável.

Depois dessa explanação introdutória, o Presidente agradeceu novamente e passou a palavra aos outros participantes da mesa.

O Procurador-Geral do Estado agradeceu pela oportunidade de novo esforço para a mediação e conciliação para dar andamento nas obras paralisadas, afirmou que é uma iniciativa que o Estado do Paraná vê com muito bons olhos.

A Secretaria de infraestrutura e logística disse da importância das soluções alternativas.

O Ministério Público agradeceu e informou que para os processos conciliatórios o MP também vem dando prioridade.

A Federação das Indústrias do Paraná destacou a satisfação por estar compondo a mesa e parabenizou pelo cronograma que se pretende. Procuram a

celeridade desses casos de obras inacabadas e a finalidade de trazer um bem para o contribuinte, estão à disposição para auxiliar.

O Movimento Pró-Paraná se disse muito satisfeito com a iniciativa que é muito importante, e informou que há iniciativa similar na Justiça Federal para um processo de 20 anos envolvendo a Petrobrás. Citou ainda que hoje existe 1 Porto no Paraná e 5 em Santa Catarina. Disse da importância para o Estado tentar avançar nesse tema.

O Instituto Paranaense do Direito Administrativo afirmou ser uma honra participar da mesa, e que o instituto tem o viés de produzir conhecimento para alavancar os processos administrativos com melhor governança, retirando a morosidade da jurisdição.

O Presidente retomou a palavra: próximo item seria encontrar os casos que irão compor as primeiras rodadas.

PGE apontou acerca de novo porto. Está na seara administrativa para resolver com o IAT.

Tratou-se sobre o PELT (Plano Estratégico de Logística e Transporte) em que são listadas várias obras de infraestrutura, aeroportuária, ferroviária, pontou-se no Brasil usa-se muito rodovias.

Ficou definido que na próxima reunião levantariam os casos concretos para decisão acerca de qual seria escolhida para atuação da Comissão.

Por fim ficou marcada nova reunião para o dia 18.09.2024 às 16h.

O Presidente encerrou a reunião às 18h.

Eu, Soraya Kawakami, redigi e assinei a ata.



Documento assinado eletronicamente por **SORAYA KAWAKAMI**, Consultora Jurídica do Poder Judiciário, em 09/09/2024, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **10933486** e o código CRC **2B612F25**.